

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A** (Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia inicialmente explorava, como atividade principal, a exploração industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades. Desde 1997 a Companhia redirecionou o seu negócio, passando a atuar predominantemente como administradora de bens próprios e investimentos em outras Companhias. Devido aos altos custos operacionais e a atual situação financeira do Grupo, por decisão dos acionistas controladores, a Companhia mantém atualmente apenas investimento em uma empresa que tem como atividade pré-operacional a atividade imobiliária. Ainda, a Companhia vem realizando ações para o realinhamento dos seus indicadores financeiros e trabalhando fortemente num processo de renegociação de seus passivos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Individuais e Consolidadas)

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “New Realty” descrita na Nota Explicativa nº 9. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas intermediárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi autorizada pela Diretoria em 17 de maio de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Estimativas contábeis e julgamentos – As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
- b) Transações com partes relacionadas - As contas mantidas com empresas ligadas, coligadas e controladas, tanto credoras como devedoras são atualizadas de conformidade com os contratos mantidos com estas empresas.
- c) O Caixa e equivalentes de caixa - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”.
- d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.
- e) Investimentos - Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.
- f) Propriedades para investimento - Propriedade para Investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

- g) Imobilizado - Os bens integrantes do ativo imobilizado estão registrados pelo valor histórico de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e por ajuste de avaliação patrimonial (antiga reavaliação).
- h) Empréstimos e financiamentos - As obrigações em moeda nacional estão classificadas no passivo circulante na nomenclatura “instituições financeiras”, e nela encontram-se demonstrados os encargos normais e variações monetárias incorridas.
- i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para contribuição social é calculada á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.

4 – CONTAS A RECEBER

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda. (*1)	-	33.896	-	33.896
Fazenda São Pedro Agropecuária Ltda.	-	-	666	666
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-	-	472	-
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	1
Total	-	33.896	1.138	34.563

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ACT – Asian Commercial Trade Limited. (*2)	-	39.154	-	39.154
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-	-	-	2.127
Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda.	33.820	-	36.023	314
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	1	-
Total	33.820	39.154	36.024	41.595

(*1) Refere-se a empréstimos obtidos para financiamento de capital de giro, sem negociação de encargos financeiros.

(*2) Refere-se à renegociação de dívidas por meio de instrumento de “Confissão de Dívida” firmado em 10/2014 no montante de R\$ 39.154 mil, e que estavam sujeitas a atualização monetária a partir de 2016 com base nos índices do IGPM/FGV, onde em 31/12/2016 o valor atualizado era de R\$ 41.470 mil. Em 31/12/2016, com base no questionamento da auditoria externa, efetuamos revisão e dos riscos e incertezas sobre o recebimento destes créditos, onde a Administração optou pelo reconhecimento contábil das perdas estimadas no total dos créditos, inclusive dos valores levados a esta conta em 2016 a título de atualização monetária.

5 – IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

Representados por terreno adquirido pela controlada “New Realty” para futuros empreendimentos imobiliários, aguardando regularização imobiliária junto à prefeitura de Cabreúva/SP.

6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Processos trabalhistas	97	98	143	144
Créditos a receber em depósitos judiciais (*1)	5.191	6.413	5191	6.413
Total	5.288	6.511	5.334	6.557

(*1) Valores referentes a dois processos: 20ª. Vara Justiça Federal – processo 95.006.1237-2 e 18ª. Vara Cível – processo 53064821991.

7 – PARTES RELACIONADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Duagro S/A Adm. e Participações (*1)	32.063	29.799	32.063	29.799
Monte Mor S/A – Com. Imp. Exp.	-	-	-	95
Thereza Christina C. Duarte	-	-	-	140
Total	32.063	29.799	32.063	30.034

(*1) - Os empréstimos de mútuo visam à cobertura de necessidade de caixa das empresas e estão suportadas por contrato de mútuo e incidência de encargos financeiros com base na variação da CDI.

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Créditos IRPJ sobre prejuízos fiscais	-	1.925	-	1.925
Créditos CSL sobre base de cálculo negativa	-	1.385	-	1.385
Total	-	3.310	-	3.310

Os tributos diferidos ativos vinham sendo apresentados pelo valor líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado à mesma autoridade fiscal, sendo que os valores foram apurados considerando a utilização das alíquotas nominais combinadas dos impostos IRPJ e CSLL (25% e 9%) que totalizam a alíquota de 34%.

Com base nas projeções de resultados tributáveis computados, a Companhia vinha optando por reconhecer parcela do imposto de renda e a contribuição social, correspondentes os direitos sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, a ser compensados nos próximos exercícios sociais. As estimativas de recuperação dos créditos

tributários estavam sendo fundamentadas substancialmente nas estimadas a recuperação dos créditos fiscais quando da amortização de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes quando da realização dos resultados fiscais dos próximos 05 exercícios fiscais, mantendo os saldos no “ativo não circulante”, em atendendo a Deliberação CVM 599/2009 que aprovou o CPC 32 – Tributação sobre o Lucro (item 34 a 38). Por orientação da auditoria, no 3º trimestre de 2016 a Administração da Companhia reverteu a totalidade dos créditos fiscais pois restaram controversos a recuperação destes créditos nos próximos exercícios sociais.

9 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.	
	31/12/16	31/12/15
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124,00	21.000.124,00
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	14.541	14.547
Resultado do exercício	(5)	(40)
Valor contábil investimento inicial	14.547	14.586
Equiv. Patrim. – s/resultado	(6)	(39)
Valor investimento ajustado	14.541	14.547

10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imóveis (*1)	4.901	2.103	4.901	2.103
Terrenos	-	-	7.720	7.720
Total	4.901	2.103	12.621	9.823

(*1) Conforme contrato de compra e venda assinado em 30 de maio de 2016, a Companhia adquiriu 50% de uma propriedade rural no Município de São José dos Campos – SP denominada Fazenda São Pedro das Araucárias, em valores de mercado no montante de 2.797.630,00, constituindo um crédito no mesmo montante a empresa vendedora Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda.

11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Banco Itaú-Unibanco S.A. (*1)	5.286	4.691	5.286	4.691
Banco Rural S.A. (*2)	-	7.269	-	7.269
Total	5.286	11.960	5.286	11.960

(*1) Referem a contratos de empréstimos que encontram sub judice, em fase final de sentença, atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP, até a data do encerramento do balanço.

(*2) Conforme decisão transitado em julgado proferida no auto de adjudicação referente processo 0380021-02-1996-8-26-0010, ocorreu a liquidação da dívida com o aceite de bens imóveis da Companhia, onde a Administração efetuou a baixa da dívida.

12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
IRRF a recolher	141	141	141	141
IRPJ a recolher	3.839	2.840	3.993	2.993
Contribuição social a recolher	1.454	1.088	1.520	1.154
Parcelamento – Lei 11941/09 (*1)	3.678	3.678	3.678	3.678
PIS/COFINS/Csll retidos a recolher	7	7	7	7
Impostos diversos a recolher	231	231	231	231
Total	9.350	7.985	9.570	8.204

(*1) Refinanciamento fiscal REFIS - A Companhia encaminhou à Receita Federal o levantamento das pendências referentes a impostos e tributos, habilitando-se, em tempo, à obtenção de um parcelamento de parte das discussões fiscais, onde nossos assessores jurídicos entendem que são valores efetivamente devidos e sem possibilidade de contestação pela empresa. O levantamento enviado, após análise pela Receita Federal, foi deferido em julho de 2011. No exercício de 2015 não foi feito pagamento das parcelas, e dessa forma houve a exclusão ao programa de parcelamento. Devido falta de informações junto a Receita Federal não foi possível quantificar o montante devido.

13 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contingências Trabalhistas	2.592	2.407	2.592	2.407
Contingências Tributárias (*1)	79.639	69.841	79.639	69.841
Total	82.230	72.248	82.230	72.248

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

(*1) - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS - Em Despacho de 19/05/2008, da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 6ª Vara Especializada em Execuções Fiscais – São Paulo, informando a existência de débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões, sendo que, neste despacho, estava sendo executada para fins de cobrança o valor de R\$ 52.417 mil, que atualizado até 31/12/2016 monta em 79.639 mil (R\$ 69.841 em 31/12/15). Considerando que através da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2008, bem como da publicação dos respectivos Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício findo em 31/12/2007, foi apresentado um lucro do qual soberanamente a Assembleia havia decidido distribuir R\$ 577.828,96 aos seus acionistas, na ocasião, decidiu o Exmo. Sr. Juiz, solicitar que fosse procedida penhora daquele valor, bem como da reserva para futuros investimentos (conta gráfica), impedindo assim que a Companhia pudesse cumprir com o estabelecido na Lei 6404/76 - Artigo 202 e em seu Estatuto Social no artigo 25, item b, sobre a obrigatoriedade de distribuição de um dividendo obrigatório de 25%, após as reservas. A Companhia através de seus assessores jurídicos não obteve até o momento, sucesso em suas tentativas de desbloquear aqueles recursos e distribuí-lo aos acionistas. Também, conforme AGO de 30/04/2010 ocorreu a possibilidade de distribuição de R\$ 34.760,00 na forma de dividendos, porém como os valores a distribuir eram de pequena monta, resolveu aquela assembleia aprovar a retenção daquele valor para futura distribuição.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2016, foi homologado o Aumento de Capital Social, dentro do limite de Capital Autorizado, aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 18/05/2016 e verificado na Reunião do Conselho de Administração de 10/08/2016, no montante de R\$ 2.785.534,76 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos), passando o mesmo de R\$104.136.767,23 (cento e quatro milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos) para R\$106.922.301,99 (cento e seis milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e um reais e noventa e nove centavos), através da emissão para subscrição particular de 557.477 (quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete) ações, sendo 185.830 (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta) ações ordinárias e 371.647 (trezentos e setenta e uma mil, seiscentos e quarenta e sete) ações preferenciais.

Em resumo, o capital social em 31/12/2016 é de R\$ 106.922.301,99 é constituído de 1.114.954 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ações ordinárias	371.660	185.830
Ações preferenciais	743.294	371.647
Total	1.114.954	557.477

b) Dividendos

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente será colocado à disposição da assembleia geral que deliberará sobre sua destinação. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O resultado ao final do exercício findo em 30/09/2016 apresenta prejuízo, não sendo possível a distribuição de dividendos e/ou juros do capital próprio, tendo em vista o disposto no Artigo 189 da Lei 6.404/76 que determina que antes de

qualquer distribuição de qualquer participação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados, e a provisão para imposto de renda.

c) Resultado por ação:

Exercício de 2016	<u>Ações</u>	<u>Ações</u>	<u>Total 2016</u>
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(27.832)	(13.917)	(41.749)
Quantidade de ações	743.294	371.660	1.114.954
Resultado por ação – R\$	(37,44)	(37,44)	(37,44)

Exercício de 2015	<u>Ações</u>	<u>Ações</u>	<u>Total 2015</u>
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(2.814)	(1.407)	(4.221)
Quantidade de ações	371.647	185.830	557.477
Resultado por ação – R\$	(7,57)	(7,57)	(7,57)

14.1 RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Atendendo as disposições contidas na Instrução CVM nº 469/08 a Companhia vinha até 30/09/2016 optando em manter parte do saldo existente na conta até a sua efetiva realização. Efetuando novas projeções, não fora identificado à geração de caixas futuros (para os próximos 05 anos) em valores suficientes para compensação dos créditos fiscais de IRPJ e CSL sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, sendo nesta data revertido a respectiva reserva.

15 – RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<i>Em milhares de Reais</i>				
Contratação de terceiros	(976)	(283)	(981)	(298)
Telefonia	(9)	-	(9)	-
Propaganda	(17)	-	(17)	-
Honorários	(15)	-	(15)	-
Perda Recebimento Crédito	(29.558)		(29.558)	
Outros	(20)	(9.380)	(20)	(9.371)
	<u>(30.595)</u>	<u>(9.663)</u>	<u>(30.600)</u>	<u>(9.669)</u>
Resultado Equivalencia Patrimnial	-5	-39	-	
	<u>(30.600)</u>	<u>(9.702)</u>	<u>(30.600)</u>	<u>(9.669)</u>

16 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas				
Juros	2.823	8.183	2.823	8.183
	2.823	8.183	2.823	8.183
Despesas				
juros	(10.632)	(1.895)	(10.632)	(1.953)
Despesas bancárias	(10)		(10)	
	(10.642)	(1.895)	(10.642)	(1.953)

17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado (lucro real).

Apuração do Resultado Fiscal em 2016	Valores nominais	34%
Resultado líquido	(40.383)	13.730
Equiv. Patrimonial	6	(2)
PECLD constituída no exercício	39.154	(13.312)
Ajustes permanentes	(1.223)	416
Provisão contingências	-	-
Resultado ajustado	(1.223)	416

Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

(em milhares de reais)	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(40.383)	(3.414)
Alíquota nominal combinada dos impostos	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados as alíquotas nominais	13.730	1.161
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva		
Efeitos de adições e exclusões permanentes:		
Resultado da equivalência patrimonial	(2)	(13)
PECLD sobre contas a receber	(13.312)	
Despesas de imposto de renda e contribuição social	416	1.148
Efeitos de adições e exclusões temporárias:		

(-) Provisão para contingências jurídicas	(3.394)	(2.106)
	(2.978)	(1.038)
Impostos do exercício corrente	(2.978)	(1.038)
Impostos diferidos ativos	3.394	(2.106)

18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no ativo e passivo equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros não contabilizados em 31 de setembro de 2016.

19 - INFORMAÇÕES RELEVANTES

19.1 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

No período de 1992 a 1994 a Companhia mantinha entre outras atividades operacionais, a importação de trigo da Argentina. Tais importações foram desembaraçadas à época com o pagamento do Imposto de Importação (II). Posteriormente, em função de ser a Argentina, um país membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ficou estabelecido que essas importações, não estariam sujeitas aquele imposto, restando a Companhia buscar o devido ressarcimento.

Através de Ação Ordinária de Restituição de Imposto Federal proposta pela Companhia junto à 14ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando a restituição daquele imposto, teve sentença favorável julgada e divulgada em 17/05/2007. Em 22/02/2017, o Supremo Tribunal Federal da 3ª Região, publicou decisão transitada em julgado favorável a Companhia, não restando mais possibilidade de recurso por parte da Receita Federal, aguardando a processo de apuração dos valores. esta ação, como se trata de matéria de fato, onde a empresa foi obrigada a recolher valores considerados indevidos, os direitos da Indústrias J.B.Duarte S/A, estão assegurados conforme parecer dos assessores jurídicos. Esta Contingência Ativa, após a apuração dos haveres, a Companhia espera compensar quase que integralmente com as obrigações tributárias em cobrança pela Receita Federal.

19.2 PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema. A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

